



EDITORIAL

Prezados leitores!

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da revista Benjamin Constant.

Promover a ascensão intelectual, social e humana, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógico, psicossocial, de saúde, e de inclusão das pessoas com deficiência visual, são alguns dos objetivos e competências do Instituto Benjamin Constant. Nesse sentido, a revista *Benjamin Constant*, desde 1995, tem se consolidado como um dos meios de promoção, divulgação e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área da deficiência visual, de forma pioneira e singular.

Nessa direção, o primeiro volume da edição 61 da revista *Benjamin Constant* apresenta seis produções em formatos de artigos e relatos de experiência. Os textos apresentam temáticas diversificadas e têm o propósito de trazer à tona discussões que permeiam a educação de pessoas com deficiência visual (DV), sob o ponto de vista de quem pesquisa e/ou atua diretamente na educação desse público.

Os trabalhos foram desenvolvidos em diferentes espaços educacionais; revelam produtos educacionais, discussões acerca da subjetividade no processo de ensino e aprendizagem, e a importância da intervenção multidisciplinar na educação de pessoas com deficiências, dentre elas as surdocegas. Espera-se que mais do que relatar pesquisas e experiências, os textos possam promover reflexões críticas, subsidiar outras investigações e auxiliar todos aqueles interessados na educação e no desenvolvimento pleno das pessoas com DV.

Na seção de artigos, Elaine Luiz de Carvalho, Patrícia Ignácio da Rosa, Vagner Santos da Cruz apresentam a pesquisa intitulada *Construtor de Gráficos: uma proposta para autonomia na construção*. Os autores destacam a presença constante de gráficos e tabelas na vida das pessoas e lembram que esses recursos se apresentam com grande apelo visual, o que o torna um empecilho para pessoas com DV. Muitos trabalhos e pesquisas se debruçaram em produzir gráficos e tabelas acessíveis, o que contribui bastante para o ensino de pessoas com DV. No entanto, possuem características limitantes por não permitirem que os alunos possam construir os seus próprios gráficos.

Diante disso, desenvolveram um recurso pedagógico bidimensional, interativo e de baixo custo, que apresenta flexibilidade na formação das representações visuais. Permite construir curvas de forma automática, proporcionando autonomia na construção e interpretação de gráficos por alunos cegos. É um trabalho que se mostra extremamente interessante e traz muitos outros desafios à pesquisa, como a viabilidade financeira de sua confecção e distribuição para outras instituições.

No segundo artigo, *Aspectos da subjetividade de aluno com deficiência visual*, Edinaldo Bomfim Sales apresenta um recorte de sua pesquisa de Mestrado, que teve como foco investigar as condições de desenvolvimento da escolarização de um aluno com deficiência visual em um município do interior do Estado do Pará. A pesquisa se revela de forma muito interessante, e tem como pano de fundo a teoria da



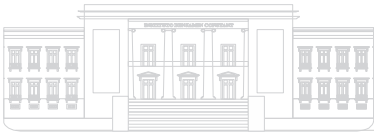
subjetividade e sua epistemologia qualitativa. O estudo teve como objetivo compreender os processos de subjetivação constituídos por alunos cegos e com baixa visão acerca de seus processos de escolarização. O trabalho aborda um estudo de caso com um sujeito que iniciou a escolarização já na fase adulta e os resultados apontam que as barreiras encontradas por esse sujeito se revelaram uma mola propulsora dos processos de subjetivação, mobilizando e impulsionando o indivíduo a melhor enfrentar suas dificuldades.

Na seção de relatos, Isabela de Oliveira Teixeira apresenta o trabalho intitulado *Adaptação de tecnologias de apoio em crianças com baixa visão na Sala de Recursos Multifuncional: estudo de caso*, que se propõe a compartilhar com o leitor um trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional com uma criança de oito anos de idade, com baixa visão. A autora aponta a importância de se realizar uma Avaliação Funcional da Visão e das necessidades dos alunos, para que, a partir dessa avaliação, seja possível identificar os recursos mais adequados à educação e atendimento desses alunos nas Salas de Recursos Multifuncionais. O trabalho teve como objetivo geral identificar tecnologias de apoio e adaptar os recursos necessários para promover a participação do aluno de forma mais autônoma dentro dos espaços escolares. Como resultados, a autora aponta a importância de se oferecer recursos adequados, mas também destaca a necessidade de ensinar o uso desses recursos para a pessoa com deficiência visual, e assim desenvolver as suas potencialidades e melhorar a sua interação com o meio.

Em se tratando de pesquisas com seres humanos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um documento que visa proteger a autonomia das pessoas participantes de pesquisas, no qual atestam estar cientes de suas condições e seus direitos como sujeitos de uma investigação. Sobre essa temática, Bianca Della Líbera e Claudia Jurberg apresentam o Relato de Experiências *Compreender para atuar: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participantes de pesquisa com deficiência visual*. No relato, as autoras destacam a importância de se respeitar as especificidades e singularidades do investigado enquanto pessoa com deficiência visual, no que se refere à apresentação detalhada da investigação e os meios de coleta de dados e a autorização para participar da pesquisa.

O texto aponta ainda a necessidade de se conversar com pais e responsáveis, e destaca a importância de se redigir o TCLE em braille ou em formato ampliado, explicando ao participante os objetivos, ônus e bônus da pesquisa, assim como a natureza de sua participação e seus direitos como participante voluntário.

O trabalho seguinte, *A intervenção fonoaudiológica na surdocegueira: estudo de caso* das autoras Juliana de Sá Machado Guilam, Luciana Damasceno Ribeiro trazem como pano de fundo a importância das equipes multidisciplinares no atendimento às pessoas com deficiências. Nesse relato, as autoras destacam a atuação da equipe de fonoaudiologia do Instituto Benjamin Constant (IBC), com uma criança de nove anos de idade do sexo feminino, com síndrome de rubéola congênita, cega e com comprometimento auditivo. A pesquisa teve por objetivo intervir na construção da comunicação do surdocego, no sentido de minimizar ou driblar as dificuldades encontradas por essas pessoas e contribuir para a inclusão social desses indivíduos.



Fechando o volume 1 da edição 61, a revista apresenta a pesquisa da professora Carla Maria de Souza, intitulada *Braille, quanto mais precoce melhor*. O texto traz a experiência de uma professora cega na educação de alunos com DV e relata duas experiências simultâneas com crianças com baixa visão que possuíam prognóstico de perda total da visão. Ambas já haviam sido alfabetizadas no sistema comum e foram introduzidas no uso do Sistema Braille, ficando uma em uma turma com alunos com baixa visão e a outra em uma turma com alunos cegos. O relato destaca a importância do Sistema Braille para a emancipação e a autonomia da pessoa cega, e traz como contribuição à literatura a relevância de se colocar a criança com deficiência visual cada vez mais cedo, e pelo máximo de tempo possível, em contato com o Sistema Braille que fará parte de sua vida e será seu meio prioritário de leitura e escrita. Esperamos que os trabalhos fomentem outras/novas discussões e reflexões. Desejamos a todos uma rica e proveitosa leitura!

Fábio Garcia Bernardo
Comissão Editorial